

**O Uso da Cultura *Hip Hop*
Como Estratégia de
Aproximação da Polícia
Militar Com a Juventude nas
Escolas da Rede Pública de
Ensino no Estado do Ceará**

Autores:

**Plauto Roberto de
Lima Ferreira** - Mestre
em Planejamento em
Políticas Públicas

**Maria Glaucéria Mota
Brasil** – Doutor em
Sociologia - Pontifícia
Universidade Católica
de São Paulo, PUC/SP

Resumo

O presente trabalho busca avaliar se foram eficazes as ações utilizadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), por meio do Projeto Ronda Cultural, que usou a cultura *hip hop* como estratégia de aproximação da Polícia Militar com a juventude. Visando subsidiar este trabalho, foi realizado um estudo bibliográfico que envolveu temas sobre segurança pública, polícia, juventude e cultura *hip hop* com base nas análises de literaturas já publicadas em forma de livros, revistas, filmes, publicação avulsas e outros, bem como, com pesquisas de campo nas escolas onde foi desenvolvido o projeto. O trabalho também analisou os dados coletados nos questionários aplicados pelos policiais militares junto aos alunos que participaram das oficinas do projeto Ronda Cultural no segundo semestre de 2010, com o objetivo de saber se os jovens se sentiam a vontade com a presença dos policiais nesse tipo de projeto e se o projeto proporcionou uma possibilidade de aproximação da juventude com a polícia. O período de realização da pesquisa que subsidiou o presente estudo foi de junho a dezembro de 2010 e o *locus* da pesquisa compreendeu 6 (seis) escolas públicas do Estado do Ceará, onde se realizaram as oficinas do Projeto Ronda Cultural no segundo semestre de 2010. O instrumental de coleta de dados usado foi o questionário, aplicado para os jovens que participaram das oficinas, no início e no final destas, além dos questionários sobre temas específicos aplicados nas rodas de conversa. O objetivo da aplicação dos questionários era verificar se os objetivos do projeto haviam sido atingidos.

Palavras-chave: Juventude. Hip hop. Polícia Militar.

Abstract

This present paper aims at evaluating if the actions utilized by the Department of Public Safety and Social Defense (SSPDS) were effective through the Cultural Ronda Project (Projeto Ronda Cultural), which used the *hip hop* culture as an approximation strategy between the Military Police and the youth. Aiming to support this study, a research was realized on different themes such as public security, police, youth and hip hop culture based on literature analyses that have been published in formats of books, magazines, movies, several publications and others, as well as, field research at the schools where the project was done. This study has also analyzed the data collected from the questionnaires applied by the military polices for the students who attended the courses of the Cultural Ronda Project in the second semester of 2010, which the goal was to know if the young people were comfortable with the presence of the polices from this type of project and if this project provided a possibility of approximation between the youth and the police. The research which supported this present study was realized from June to December of 2010 and the locations of the research included 6 (six) public schools of the State of Ceará, where the courses of the Cultural Ronda Project were realized in the second semester of 2010. The instrumental for data collection used was the questionnaire, which was applied for the young people who participated in the courses, in the beginning and in the end of those, besides the questionnaires about specific themes applied in rounds of conversations. The goal of the application of the questionnaires was to verify if the goals of the project had been completed successfully.

Keywords: Public Security. Hip hop. Military Police.

Introdução

O Brasil, e particularmente a cidade de Fortaleza, observa o avanço dos seus índices de violência e criminalidade. Bairros de diferentes classes e até escolas estão sendo palco de agressões físicas e psicológicas quase diárias e, outras vezes, violências letais, gerando uma sensação de insegurança na população.

Percebe-se que o problema é agravado com a erosão das instituições que são responsáveis pela formação dos cidadãos e pela segurança de todos. A família, a escola, os órgãos de segurança pública, entre outros, são sempre citados por estarem falhando no cumprimento de suas funções sociais.

Paralelo ao problema da violência que se agrava periodicamente, as autoridades, cobradas pela sociedade, aumentam, cada vez, mais meios repressivos com o objetivo de conter os índices crescentes dessa violência e da criminalidade na cidade.

O fato é que segurança e liberdade são dois valores preciosos para o ser humano, mas que parecem não conseguir caminhar juntos. Se queremos mais segurança, temos que abdicar em parte de nossa liberdade. Percebe-se esse fato quando se tornam comuns as “falas” que refletem uma cultura de medo: não fale com estranhos, converse o mínimo com as pessoas, afinal ninguém conhece ninguém; você quer ter um lar mais seguro? Instale câmeras, ponha alarmes em sua porta; você quer proteção? Nunca deixe as janelas abertas, podem estar bisbilhotando seus movimentos, se possível, jamais abra; outra coisa, não se esqueça de fazer os seguros do carro, da casa, de vida.

A cidade passou a viver a “cultura do medo” e as pessoas passaram a criar hábitos de isolamentos em seus “guetos voluntários”, expressão do sociólogo Zygmunt Bauman para os condomínios fechados (2009, p.40) e uma mixofobia (medo de misturar-se) coletiva. A partir desse medo ou de um “falso medo”,¹

¹Sensação de medo construída propositadamente por empresas de equipamentos de segurança ou setores do governo ou da mídia, insatisfeitos com uma política pública de segurança ou com seu representante.

passam a ser exigidas e sugeridas, por parte da sociedade, medidas de segurança, voltadas sempre para o armamento e para a repressão do crime.

Em Fortaleza, os números da estatística da Coordenadoria Integrada dos Órgãos de Segurança (CIOPS), vinculada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), setor que recebe as ligações da população por meio do número de emergência 190, apontam para a briga de família e vizinhos, a embriaguez e desordem como as ocorrências com maior número de solicitações pela população de Fortaleza. Tais conflitos ocorrem, em sua maioria, entre pessoas conhecidas e que possuem relação continuada.

A esses tipos de conflitos, os estudiosos e defensores de medidas de resolução de conflitos apontam o diálogo, por meio da mediação (sempre que possível), como solução mais adequada. Problemas discutidos adequadamente proporcionam resultados benéficos e pacíficos para a sociedade. Diminuir a importância desses tipos de conflitos, tratando-os de maneira inadequada, pode resultar em grandes tragédias.

Infelizmente, a juventude é o grupo que tem o maior índice de envolvimento nos números de conflitos, criminalidade e violência. Em determinadas situações, como autores desses atos e, na maioria das vezes, como vítimas. Segundo o Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2012), das causas externas, ou seja, não naturais, que levam a óbito crianças e adolescentes no Brasil, 43,3% é devido a mortes por homicídio.

A integração entre polícia e juventude expressa um caminho no qual a política de segurança pública passa a ser compreendida e vivida como responsabilidade de todos, facilitando a resolução dos conflitos por gerar reciprocidade de confiança entre policial e juventude. Definir o perfil do policial, nesse novo contexto da segurança, estimula a necessidade de uma formação fundada numa compreensão transdisciplinar da realidade da juventude, para que, destarte, possa haver uma aproximação efetiva entre polícia e juventude, medida pelos meios culturais e linguagem dos jovens.

É comum os jovens declararem descrença e repúdio em relação à polícia, considerando os históricos de atuação e inserções da polícia na sociedade brasileira e as relações pouco amistosas existentes entre policiais e jovens, seria estranho se assim não fosse. Por outro lado, essa aversão pode ser, em parte, explicada por meios de questões objetivas de uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a qual aponta que 28% dos jovens entrevistados disseram já ter presenciado violência policial. Além disso, podemos dizer que está disseminada nos diferentes grupos sociais uma visão negativa sobre a polícia, e a juventude acaba reproduzindo essa visão.

Os policiais, por sua vez, também reproduzem conceitos, preconceitos e visões sobre determinados grupos sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, como os jovens pobres, e, assim, têm dificuldade de enxergar nesse jovem um cidadão de direitos. Com isso, acaba por tratá-lo como um violador de deveres, um suspeito em potencial que vai desrespeitar a corporação e perturbar a ordem pública.

A aproximação da polícia com a juventude, criando assim uma estratégia de Polícia Comunitária, exige o estudo sobre os conflitos vividos em cada localidade e o encontro de mecanismos para a sua boa administração. Observa-se a necessidade de uma única linguagem para essa aproximação. Daí surge a cultura como uma possibilidade de integrar esses opostos.

2 Passos e Percursos do Projeto Ronda Cultural

No ano de 2009, o Estado do Ceará enviou um grupo de oficiais da PM para a cidade do Rio de Janeiro onde mantiveram contato com a professora Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes. Neste encontro, os oficiais receberam da professora Silvia Ramos um vídeo, denominado Polícia Mineira, que mostrava todos os percursos de criação do Projeto Juventude e Polícia, do grupo Afroreggae.

Ao retornar a Fortaleza, o grupo de oficiais se reuniu com o então Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, Roberto Monteiro, e apresentou o vídeo que foi repassado pela professora Silvia Ramos. Após a apresentação, o secretário ficou animado com a possibilidade da criação de algo semelhante no Estado do Ceará. A partir de então, deu início a uma série de etapas, até finalmente ser implementado projeto.

A primeira etapa foi a busca de parceiros no primeiro escalão do Governo do Estado para apoiar a ideia que, naquele momento, mostrava-se totalmente diferente das estratégias tradicionais implementadas na área da segurança pública, principalmente, o modelo policial-repressivo de enfrentamento com a juventude. Após apresentar a proposta do novo modelo de aproximação, integrando arte, cultura e polícia em um único projeto a vários secretários de estado, o grupo de oficiais obteve a adesão e o apoio dos secretários da cultura, Auto Filho, dos Esportes, Ferrúcio Feitosa, da secretária da Educação, Isolda Cela, e da primeira dama do Estado, Maria Célia, que se envolveram na implementação do projeto, na sua fase de sensibilização dos oficiais da Polícia Militar, ou segunda etapa do projeto.

Foi marcada uma reunião no auditório do Comando Geral da PM, com o objetivo de apresentar a proposta de aproximação da polícia com a juventude, no modelo do projeto “Juventude e Polícia” de Minas Gerais. A reunião foi tensa, com uma série de questionamentos em relação à postura desses policiais, uma vez que os policiais iriam entrar verdadeiramente no mundo dos jovens, com seus comportamentos e falas. Muitos oficiais alegavam que isso iria “desmoralizar” a polícia e os seus integrantes. Nesse momento do projeto, foi atingido o *ethos* moral vigente na instituição policial, respaldado pelas falas dos oficiais da Polícia Militar. Diante do elevado tom das críticas, o secretário de segurança resolveu suspender a reunião, pedindo para que os oficiais conversassem entre eles e formulassem mais calmamente suas posições para apresentar na próxima reunião, que seria marcada pela cúpula da segurança pública do Estado.

A segunda reunião aconteceu quinze dias após a primeira. Dessa vez, além da presença dos secretários que participaram da reunião anterior, estava também a primeira dama do Estado. Mais uma vez, houve debate, discursos resistentes às mudanças, mas também começou a se ouvir oficiais falando em tom de apoio ao projeto. No início, eram apenas falas tímidas, mas esses tons foram aumentando e ganhando eco até se tornarem maioria. Enfim, o projeto obteve o aval dos oficiais, sendo isso primordial para que não houvesse boicote ao projeto.

Na semana seguinte, o grupo de oficiais seguiu para a cidade de Belo Horizonte, e lá fizeram um pequeno documentário sobre as experiências da polícia mineira no encerramento de uma das turmas do projeto Juventude e Polícia. Esse vídeo serviu como apoio para a outra etapa do projeto: a divulgação e seleção dos seus participantes.

Foram três dias intensos na cidade de Belo Horizonte. A viagem foi usada como “estudo de caso” para evitar possíveis erros na implantação do projeto no Ceará. Algo que chamou a atenção do grupo foi que, em Minas Gerais, mesmo após dois anos de projeto, eles ainda encontravam bastante resistência por parte dos oficiais mais tradicionais.

Outra preocupação do grupo era o recrutamento dos policiais militares que iriam executar o projeto, sendo consenso que esse projeto só teria êxito se os policiais executores fossem voluntários. Então, foi decidido apresentar a proposta do projeto de aproximação da polícia com a juventude no Ceará (até aqui o projeto ainda não tinha nome) para todos os 1.500 (mil e quinhentos) policiais que faziam parte do batalhão comunitário da PM, denominado Ronda do Quarteirão².

Foram 15 palestras e, ao final obtiveram 10 voluntários, sendo 2 policiais femininas e 8 policiais masculinos. Desses dez policias que iniciaram o curso, 8 (oito) concluíram. Vencidas as etapas de sensibilização e seleção, agora era o momento de iniciar a fase de capacitação e treinamento dos policiais.

² A escolha desta unidade militar se deu devido ao seu efetivo ser formado majoritariamente por jovens recém-ingressos nas fileiras da corporação.

Analisando depois a pequena quantidade de policiais que aderiram à nova ideia de atuação da polícia, foi percebido que o *ethos* policial militar, observado nas reuniões com os oficiais, já prevalecia no inconsciente da maioria desses jovens policiais. Daí tamanha dificuldade em selecionar os voluntários.

Diferente da Polícia de Minas Gerais, que trabalhou com os tambores e música de percussão, a SSPDS optou em trabalhar com o *hip hop*. Esse ritmo apareceu como opção depois que foi percebido, após uma apresentação do grupo musical Racionais, como os jovens (principalmente aqueles com alguma ligação aos grupos juvenis) tinham identidade com aquele ritmo de música. Daí nasceu a parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), na elaboração de um inovador curso de formação para os policiais. Também surgiu dessa parceria, o nome do projeto que, a partir daí, foi denominado Ronda Cultural.

O curso de formação dos policiais do Ronda Cultural era completamente diferente do tradicional. Os policiais usavam como equipamento de trabalho aparelhos de som e spray de grafite. As aulas eram embaladas pelo ritmo do *hip hop*, o objetivo era uma total imersão dos policiais no mundo juvenil, suas gírias, forma de agir, valores, culturas. Houve aulas de campo nos museus, teatros, com o objetivo de conhecer a história da cidade, dos bairros, da periferia. Foi um impacto dentro da polícia.

A outra etapa foi a de sensibilização da comunidade escolar. A SSPDS fez um convênio com a Secretaria da Educação do Estado que relacionou um total de 10 escolas para o desenvolvimento do projeto durante todo o ano de 2010. Os critérios utilizados pela Secretaria da Educação foram as escolas estarem localizadas próximas às áreas de conflitos juvenis e que já tinham registro de ocorrências de violências e conflitos com jovens.

Ao chegar às escolas, a equipe do Ronda Cultural conversava com a direção e os professores, explicando como iria ser desenvolvido o projeto e como eles (gestores e docente) poderiam apoiar. Em seguida, os policiais se dirigiam às

salas de aula, onde apresentavam o projeto aos alunos e iniciavam as inscrições para formar as turmas do Ronda Cultural, que ocorriam no modelo de oficinas.

As oficinas contavam, além da participação dos policiais militares selecionados, com um grupo de educadores sociais, ligado à Central Única das Favelas (CUFA), que ministravam as aulas de *hip hop*.

O grupo de educadores sociais tinha a incumbência de falar sobre os elementos que compõe o *hip hop*, e por meio de uma roda de conversa, denominada “Papo de Rocha”³, os policiais conversavam com os jovens sobre os temas⁴ escolhidos pela coordenação do projeto Ronda Cultura, que eram: violência, drogadição, sexualidade e *bullying*.

3 A Política de Segurança Pública no Brasil

A Segurança Pública no Brasil tem como base legal, segundo a Constituição Brasileira de 1988, que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares⁵. Essas várias polícias no país têm seus limites de atuação confusos, não raro entram em conflitos de atuação e finalidade.

No caso das Polícias Militar⁶ e Civil, subordinadas aos Governadores dos Estados, têm como campo de atuação os limites dos estados. No entanto, essas instituições realizam suas atividades de formas distintas, não obstante atuarem no

³ O “Papo de Rocha” foi inspirado no projeto “Papo de Resposta”, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. No “papo”, que são rodas de conversa com os alunos, são tratados os temas transversais. Essa estratégia fez com que os alunos ficassem mais a vontade para falar sobre as suas experiências, relacionadas aos temas.

⁴ A coordenação do programa optou em trabalhar temas que tinham relação tanto com a criminalidade, bem como com os temas geradores de conflitos.

⁵ Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF).

⁶ No Brasil, as polícias militares e os corpos de bombeiros são forças auxiliares e reserva do Exército. Artigo 144, § 6º, da CF.

mesmo território. A Polícia Militar é tida como uma polícia ostensiva e responsável pela preservação da ordem pública. Já a Polícia Civil é responsável, ressalvada a competência da União, pelas funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares. Percebe-se, nessa confusa divisão de responsabilidades, entre duas polícias com seus ciclos de policiamento incompletos, sendo que cada uma é responsável por parte de um todo, é o que podemos classificar de duas “meias polícias”. Como assinalou Medeiros (2004) “está incompleta a conquista democrática da separação institucional Polícia-Justiça e Polícia-Exército”.

Portanto, a Segurança Pública trata das ameaças à ordem pública e à proteção de pessoas e bens, ante a ocorrência do delito. Não sendo um conceito útil para abordar as formas de violência⁷ que não são crimes, contudo são relações conflituosas⁸, e que afetam a convivência cidadã⁹.

Nesse sentido, a Segurança Pública limita a ação policial, utilizando como parâmetro o que é tipificado em lei como crime¹⁰, já que a ordem pública, na realidade brasileira, é conceituada como a manutenção da autoridade sob o império da lei, por meio da obediência dos cidadãos às normas vigentes.

Observa-se que é necessário repensar o quadro atual da Segurança Pública no Brasil, devendo passar por uma ampla reforma nas polícias (Militar e Civil),

⁷ Violência aqui conceituada segundo o Dicionário Houaiss, como a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”.

⁸ O conflito é inevitável e inerente à condição humana. Quando explicado, não é patológico, pois a possibilidade de solucioná-lo aparece e a tensão diminui.

⁹ Trata da situação de tranquilidade social que permite a todas as pessoas terem uma expectativa razoável de que podem exercer livremente seus direitos individuais e coletivos, sem temer fatos de violência originados de ações individuais ou sociais.

¹⁰ Sob o aspecto formal, podem-se citar os seguintes conceitos de crime: “Crime é o fato humano contrário à lei”; “Crime é qualquer ação legalmente punível” e “Crime é a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal”. (<http://pt.shvoong.com/books/239170-conceito-crime/>).

isso já amplamente discutido na 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública¹¹, que apontava para uma possível crise estrutural em grande escala.

A título de exemplo, foi estipulado pela gestão da segurança pública no Estado do Ceará¹², o número mínimo de 25 (vinte e cinco) abordagens diárias a “pessoas suspeitas”, a serem realizadas pelos policiais militares durante o chamado serviço operacional¹³. O fato é que esse tipo de procedimento operacional padrão que, inclusive, é utilizado como parâmetro para a medição de produtividade da atividade policial, motivou o Ministério Público Estadual a enviar ao Comando da Polícia Militar uma recomendação para que seja imediatamente revogada essa ordem e revisto esse tipo de atuação, sob o argumento de que a abordagem e a busca pessoal, sem ordem judicial, só podem ser feitas “se houver fundada suspeita”. O mais grave é que esse tipo de abordagem, além de favorecer a ocorrência de eventuais abusos, pode ferir garantias constitucionais contempladas na Carta Magna brasileira de 1988.

Infelizmente, a polícia brasileira ainda utiliza procedimentos de abordagem extremamente agressivos, abusivos e discriminatórios. Os comandantes justificam essa postura policial como uma atitude de defesa e proteção para o policial que está abordando. No entanto, percebemos vários casos de descontrole emocional por parte desse profissional, em que, por vezes, existe um uso desproporcional da arma de fogo, seja ameaçando o seu uso ou, pior, utilizando essa arma irresponsavelmente, vindo a causar várias vítimas inocentes. Não é à toa que a polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo¹⁴.

¹¹ Essa conferência aconteceu no mês de agosto de 2009, tendo atingido, por meio de conferências estaduais, municipais e livres, todo o território brasileiro e contou com a ampla participação da sociedade civil, profissionais de segurança pública e gestores públicos.

¹² Essa gestão teve início em janeiro de 2011 e foi escolhido para comandar a pasta da segurança pública um coronel aposentado da Polícia Militar do Ceará.

¹³ Serviço operacional é a atividade fim da Polícia, ou seja, o policiamento ostensivo desenvolvido na cidade.

¹⁴ Temos exemplos como a desastrosa operação da PM do Rio de Janeiro que vitimou pessoas dentro de um ônibus dominado por bandidos, vindo a atirar contra o veículo sem adotar as normas de segurança necessárias de preservação da vida de inocentes, fato ocorrido no dia 09/08/2001 e veiculado em toda mídia nacional.

Segundo a pesquisadora Silvia Ramos¹⁵, a abordagem policial constitui um momento em que as pessoas têm contato direto com a polícia na qualidade de cidadãos comuns. Por essas características, as experiências de abordagens são uma fonte potencialmente importante para a geração de imagens e opiniões – positivas ou negativas – sobre as forças de segurança.

Quando questionada acerca da forma em que são feitas as abordagens, a polícia alega que não existem pessoas suspeitas, mas atitudes suspeitas. Porém, na prática policial, essa não é uma realidade. Segundo estudos da Universidade Cândido Mendes, feitos pela pesquisadora acima citada, existe, sim, um perfil do “elemento suspeito”, e esse é geralmente jovem.

Dentre os jovens que participaram do projeto Ronda Cultural, foi perguntado se já haviam sido abordados pela Polícia Militar, sendo que 34% disseram que sim. Em seguida, foi perguntado se eles confiavam no trabalho da polícia, e 38% disseram que não. A pesquisa do Ronda Cultural não identifica se esses 38% que disseram não confiar no trabalho da polícia são os mesmos que sofreram a abordagem policial na pergunta anterior.

Mesmo a pesquisa não apresentando essa relação abordagem *versus* falta de confiança, várias pesquisas apontam a existência de uma visível tensão na relação entre a juventude e a polícia. Essa tensão é gerada principalmente pelas frequentes abordagens realizadas contra esse grupo, o que cria um hiato que distancia cada vez mais os jovens da polícia, levando-os a não suportar a presença policial no seu “território”. O fato é que nem os jovens gostam da polícia, e nem a polícia atura as atitudes dos jovens, geralmente vistas como uma afronta contra a autoridade policial. É comum observar hostilidade de ambas as partes.¹⁶

Percebe-se, portanto, que a violência é produto de uma relação social de conflito, que acontece em um território, em um tempo específico e durante rotinas da vida cotidiana, com múltiplos atores diretos e indiretos. Portanto, a violência é

¹⁵ Sílvia Ramos é cientista social e foi subsecretária-adjunta de segurança e cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1999-2000).

¹⁶ Em 2005, Silvia Ramos e Leonarda Musumeci lançaram o livro “Elemento suspeito: abordagem policial na cidade do Rio de Janeiro”.

plural e multiforme e, da mesma forma as políticas públicas nesta área devem focar o problema de forma geral e não pontual, pensando na antecipação à violência¹⁷, não elegendo um vilão do crime.

Em relação à participação da polícia em um projeto que utiliza a cultura de rua juvenil (*hip hop*), poderíamos esperar uma grande rejeição por parte da juventude, no entanto, não foi isso que constatamos com o projeto Ronda Cultural. Ao perguntar aos jovens, ainda no questionário inicial do projeto, se eles acham interessante a participação da polícia no projeto, 93% disseram que sim, ou seja, acham interessante a participação da polícia.

A resposta acima aponta que existe uma rejeição não da polícia, mas da forma como ela atua, principalmente com relação às abordagens policiais ao público jovem. Esse resultado merece uma discussão mais complexa, pois sabemos que a sociedade em geral e principalmente os jovens detestam a polícia, por tudo que ela representou e representa como instituição e não há uma distinção, uma separação tão nítida entre a polícia e os policiais, mesmo porque os policiais produzem a polícia que temos, ela não é algo abstrato. Por outro lado, faz-se a distinção entre os bons e os maus policiais.

4 Entrando na Roda com o Ronda Cultural

A paz social é entendida como algo que vai além da inexistência de violência física e moral, passando pela necessidade de efetivação dos direitos fundamentais. Não se alcança a paz em sociedades na qual existe fome, altos índices de pessoas em situação de desemprego, realizando trabalhos forçados ou em situação análoga à escravidão, exploração sexual infantil, falta de moradia, baixos níveis de educação e saúde, entre outros graves problemas sociais que interferem no desenvolvimento harmônico e sustentável da sociedade, interferindo na manutenção da paz social.

¹⁷Antecipação à violência demanda identificar as distintas formas/expressões do conflito, inclusive aquele tipificado como delito, para desenvolver uma estratégia sustentável de redução da violência e medo dos cidadãos.

Ensina-se a paz quando se resolve e se previne a má administração dos conflitos; quando se busca o diálogo; quando se possibilita a discussão sobre direitos e deveres e sobre responsabilidade social; quando se substitui a competição pela cooperação – o perde/ganha pelo ganha/ganha.

Ganha/ganha é um estado de espírito que busca constantemente o benefício mútuo em todas as interações humanas. Ganha/ganha significa entender que os acordos e soluções são mutuamente benéficos, mutuamente satisfatórios. Ganha/ganha se baseia no paradigma de que há bastante para todos, que o sucesso de uma pessoa não se conquista com o sacrifício ou a exclusão da outra. (COVEY, 2000, p.267)

Seguindo os princípios do ganha/ganha e valorizando a importância do diálogo, no ano de 2003, a Polícia Civil do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Educação e da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos daquele Estado iniciou um projeto chamado “Papo de Resposta”, coordenado pelo Investigador de Polícia Roberto Chaves. Esse projeto constrói, por meio de rodas de conversa, um ambiente de diálogo e mediação entre a juventude e a polícia.

A mediação é um procedimento consensual de resolução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa, o mediador, imparcial, escolhida ou aceita pelas partes – auxilia na construção do diálogo, age no sentido de encorajar e facilitar a resolução dos problemas. Luis Alberto Warat (1999, p. 5), assim afirma: “... mediação é uma forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos; uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal”.

[...] a mediação apresenta-se muito mais como um procedimento do que como uma estrutura. O direito é uma estrutura, a lei é uma estrutura. O objeto da mediação é conduzir a disputa à criação de uma estrutura própria mediante a construção de normas relevantes para as partes, e não apenas adequar a disputa em uma estrutura legal preestabelecida. (SERPA, 1999, p. 145).

[...] uma forma de abordar os conflitos de maneira não adversarial, sustentada pela intervenção de um terceiro imparcial que colabora com as partes, para que elas, interagindo, descubram por si mesmas, pela

palavra e pela comunicação, os caminhos de transformação de seus desacertos. (WARAT, V. S., 1999, p. 120).

A mediação é um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas no conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça. A mediação representa, assim, um mecanismo de solução de litígios utilizado pelas próprias partes que, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória. (SALES, 2007, p. 15).

Por meio da mediação, buscam-se os pontos de convergência entre os envolvidos na contenda que possam amenizar a discórdia e facilitar a comunicação. Muitas vezes, as pessoas estão de tal modo ressentidas que não conseguem visualizar nada de bom no histórico do relacionamento entre elas. A mediação estimula, por meio do diálogo, o resgate dos objetivos comuns que possam existir entre os indivíduos que estão vivendo o problema.

Na mediação, procura-se evidenciar que o conflito é natural, inerente aos seres humanos. Sem o conflito, seria impossível haver progresso e provavelmente as relações sociais estariam estagnadas em algum momento da história. Se não houvesse insatisfação, as situações da vida permaneceriam iguais, constantes. Portanto, o conflito e a insatisfação tornam-se necessários para o aprimoramento das relações interpessoais e sociais. O que se reflete como algo bom ou ruim para as pessoas é a administração do conflito. Se for bem administrado, ou seja, se as pessoas conversarem pacificamente ou se procurarem a ajuda de uma terceira pessoa para que as auxilie nesse diálogo, será o conflito bem administrado. Se as pessoas, por outro lado, agredirem-se física ou moralmente ou não conversarem, causando prejuízo para ambas, o conflito terá sido mal administrado. Assim, não é o conflito que é ruim, pelo contrário, ele é necessário, a sua boa ou má administração é que será positiva ou negativa.

A premissa de que o conflito é algo importante para a formação do indivíduo e da coletividade faz com que as posturas antagônicas deixem de ser interpretadas como algo eminentemente mau para se tornar algo comum na vida de

qualquer ser humano que vive em sociedade. É fruto da convivência e sempre ocorrerá sob diferentes aspectos. Quando se percebe que um impasse pode ser um momento de reflexão e, em consequência, de transformação, torna-se algo de positivo.

Em síntese, o conflito, quase sempre tomado como algo negativo, é entendido pela mediação como algo positivo, natural e necessário para o aprimoramento das relações, e sua boa administração representa o caminho para o entendimento e para a harmonia entre as partes.

A mediação, por suas peculiaridades, torna-se um meio de solução adequado a conflitos que envolvam relações continuadas, ou seja, relações que são mantidas apesar do problema vivenciado. Ressalta-se, também, que os conflitos que tratam de sentimentos e situações frutos de um relacionamento – mágoas, frustrações, traições, amor, ódio, raiva – revelam-se adequados à mediação. Isso porque, é nesses tipos de conflitos que se encontram as maiores dificuldades para o diálogo, em virtude da intensidade dos sentimentos. Na mediação, há um cuidado, por parte do mediado, de facilitar esse diálogo entre as partes, de maneira a permitir a comunicação pacífica e a discussão efetiva dos conflitos.

Esse procedimento tem como um de seus principais objetivos a solução dos conflitos. Apesar de sua importância, não deve ser o único objetivo a ser perseguido na mediação de conflitos. Os outros objetivos da mediação, como a prevenção da má administração dos conflitos, que possibilita o tratamento adequado do problema e a manutenção dos vínculos afetivos entre as partes é primordial, bem como a busca da inclusão social e da paz social. Nesta perspectiva, verifica-se a mediação como instrumento de promoção da paz social e de diminuição da violência.

No período de formação dos policiais do Ronda Cultural, o Investigador Roberto Chaves foi convidado para falar sobre as experiências do “Papo de Resposta”, com o intuito de adequar a metodologia do “Papo de Resposta” ao “Ronda Cultural” como estratégia para desenvolver os temas transversais.

No entanto, não era interessante utilizar o mesmo termo “Resposta”, pois tinha uma clara identidade com a cultura juvenil carioca, daí surgiu a ideia de substituir a palavra “Resposta” por “Rocha”, que na linguagem juvenil cearense tem o mesmo significado, ou seja, algo legal. Então apareceu, dentro do projeto Ronda Cultural, o “Papo de Rocha”.

No “Papo de Rocha”, eram desenvolvidas as conversas entre os policiais e os jovens das escolas que participavam das oficinas. Esse “Papo” ocorria após a aula de *hip hop*, tendo sido trabalhado transversalmente os temas *bullying*, sexualidade, violência e drogadição.

Em pesquisa realizada durante o projeto, foi perguntado a 150 alunos que participaram do “Papo de Rocha” sobre o tema transversal com o qual eles mais se identificavam. As repostas foram variadas e mostrou que 17% se identificavam com o tema violência/criminalidade; 22% com sexualidade; 28% drogas; e 33% *bullying*. Percebe-se que a margem de diferença de um tema para o outro foi muito baixa, levando a concluir que todos os temas eram importantes para os alunos.

Também foi percebido que os alunos estavam se sentindo a vontade nas oficinas e a forma de medir isso foi perguntando acerca da participação deles nas oficinas. Nas suas respostas, 54% acharam ótima, 43% boa e 1% ruim.

Entendemos que esses dados são significativos para avaliação do início das aproximações entre a polícia e a juventude. Os jovens estavam demonstrando, por meio dessas respostas, que não rejeitavam a presença dos policiais nas escolas. Isso foi fundamental para que fosse desenvolvido plenamente o projeto.

Considerações Finais

Como participei da construção e desenvolvimento do Projeto Ronda Cultural, meu maior desafio como pesquisador era analisar o projeto de “fora pra dentro”, e a forma que encontrei para ser o mais isento possível foi em avaliá-lo por meio dos questionários aplicados pelos policiais militares aos alunos que participaram do projeto, no segundo semestre de 2010. Esses questionários

apresentavam a visão dos alunos sobre os temas transversais do “papo de rocha”, mas acima de tudo, mostravam se eles realmente se sentiam a vontade com aqueles policiais e, se o projeto Ronda Cultural atingiria seu objetivo maior de aproximar a Polícia Militar da juventude.

A leitura que faço desse projeto é que ele mexeu no “fazer policial” tradicional, no seu *ethos*, em que a orientação dos gestores de segurança pública é que a presença da polícia nas comunidades, seja ela estudantil ou de moradores de um bairro, não deve interferir nesse fazer policial tradicional, com suas posturas e composturas orientadas no regulamento interno da corporação (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará - RDPMCE) e nos manuais do Exército brasileiro, ou seja, o policial pode se aproximar das comunidades, mas não pode ser próximo das pessoas da comunidade.

O Projeto Ronda do Quarteirão, sendo este o maior projeto comunitário da Polícia Militar do Ceará, comprova às afirmações acima quando os seus gestores orientavam os policiais a fazerem as denominadas “visitas comunitárias”, que se resumiam na entrega de panfletos com orientações básicas de segurança, além dos telefones de emergência das viaturas que circulavam naquele bairro ou comunidade. Para os gestores de segurança pública do Estado, isso iria aproximar a polícia da comunidade. No entanto, esse tipo de ação não gera o *linkare* (do latim, vínculo), pois é necessário muito mais que um contato superficial para se gerar confiança e reciprocidade entre polícia e comunidade, algo que foi possível com o projeto Ronda Cultural.

O projeto Ronda Cultural, além de ter alterado a dinâmica de se fazer policiamento comunitário, mexeu no *ethos* policial, principalmente com a postura que esses policiais assumiram junto com a juventude, da comunidade estudantil. Ao conviver durante um mês nas escolas e interagirem intensamente com o jovem, por meio do *hip hop*, esses policiais conseguiram quebrar a barreira que separava a juventude da polícia, construindo uma ponte de aproximação e confiança.

A experiência desenvolvida por esse projeto também permitiu observar a importância da construção de um ambiente saudável para a diminuição da agressividade. Portanto, essa constatação é uma óbvia e sensata extensão do poder dos ambientes externos e da construção de relações saudáveis, que têm um papel significativo na definição da maneira de agir e ser dos jovens.

O princípio básico desse projeto de segurança é que a desconexão entre os três sistemas que regulam o comportamento humano (lei, moral e cultura) suscitam em situações de desorganização social (comportamento agressivo contra desconhecidos, linguagem hostil, alcoolismo, brigas entre vizinhos, deterioração do espaço físico, lixo nas ruas, etc).

Lei, moral e cultura são produtos muito sofisticados da história que dão aos seres humanos a possibilidade de se autogovernarem: **a cultura**, ao sedimentar os vastos aprendizados de séculos e milênios de experiências e sentidos; **a moral**, ao permitir a cada um reconhecer, em seu íntimo, o que significa, uma vez que aja moralmente, sua ação moral ser reconhecida como tal por qualquer ser humano; e **a lei**, ao permitir que nela se reconheça o modo mais legítimo de regular comportamentos muito básicos de maneira explícita, consensual e segundo procedimentos publicamente preestabelecidos, ou mesmo facilitar a convivência e a coexistência de diversas opções morais e culturais. Construir cidadania é aprender a assumir as tensões entre esses três sistemas reguladores para aumentar a sua convergência, pelo menos, nos aspectos mais importantes (MOCKUS, 2007).

Existem regras informais que são complementos inegáveis às regras formais (legais). Quando, em uma sociedade, há harmonia entre umas e outras, os custos de realizar e cumprir acordos diminuem; quando se contradizem ou a evolução de umas não se ajusta à de outras, os custos de realizar e cumprir acordos aumentam¹⁸.

¹⁸ Douglass North recebeu, em 1993, o prêmio Nobel de Economia por ter desenvolvido essas ideias e havê-las aplicadas com êxito para explicar por que as sociedades se desenvolvem em ritmos tão diferentes.

Quando há harmonia de lei, moral e cultura? Fundamentalmente, quando há aprovação moral e cultural em relação ao cumprimento das obrigações legais e censura moral e rejeição cultural em relação às atividades ilegais. Quando há divórcio entre lei, moral e cultura? Basicamente, quando há aprovação moral e cultural a ações ilegais e quando há indiferença ou desaprovação cultural e moral ao cumprimento de obrigações legais (MOCKUS, 2007).

Essa desarmonia entre lei, moral e cultura resulta na desorganização social e aumenta a vulnerabilidade dos habitantes, propiciando o não cumprimento das normas básicas de convivência por seus cidadãos, gerando indiferença frente a comportamentos delitivos/violentos, além do aumento da sensação de medo e insegurança nos moradores da cidade.

Observamos, acompanhando o desenvolvimento do projeto, que sempre que os policiais do Ronda Cultural chegavam às escolas os docentes os direcionavam para o que eles rotularam como “jovens problemáticos”. Esses jovens eram vistos pelos professores como “delinquentes”, mas que frequentavam a escola. Todavia, para a surpresa dos docentes e gestores escolares, não era essa a visão que os policiais tinham daqueles jovens, isso expresso na forma de tratá-los tanto nas oficinas, como nos intervalos de aula. A compreensão dos policiais era a de que aqueles jovens não eram problemáticos, mas sim, jovens com problemas, comprovado posteriormente nos resultados dos questionários que tratavam dos temas transversais. Isso fez com que esses policiais não perdessem o foco na aproximação polícia e juventude.

Quanto à delinquência que era atribuída aos jovens, remete-nos para a origem da palavra “delinquência”, que vem do latim *de* (perda) e *linkare* (vínculo), perda do vínculo. Mas, qual vínculo foi perdido por esses jovens? Essa era a pergunta que os policiais procuravam responder ao conseguir a aproximação por meio da cultura *hip hop*.

Na nossa pesquisa de campo, percebemos que essa mudança de foco, por parte dos policiais em relação à situação dos jovens, favoreceu a aproximação com eles. Bem como, a busca em entender a sua agressividade, por meio do significado

positivo da palavra “agressividade”¹⁹, na tentativa de resgatar aqueles garotos, direcionando toda a sua energia juvenil no sentido de realizações positivas, por meio da dança e da música do *hip hop* (cultura).

Observamos também que o período de um mês de convivência com os alunos foi muito importante para o sucesso do projeto, pois, como os policiais tinham uma rotina diária na escola, floresceu o sentimento de confiança mútua entre eles e o grupo de alunos, que foi sendo solidificado nas oficinas do “Ronda Cultural”, tendo como elo o *hip hop*.

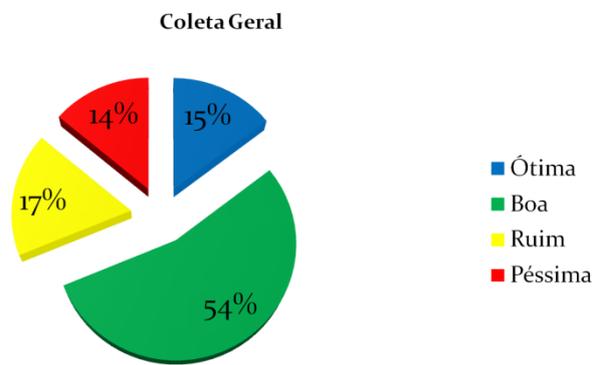
Sabemos que quando se pede as pessoas que considerem evidências ou tomem decisões dentro de um grupo, o resultado é bem diferente do que se cada uma delas desse a sua resposta de forma individual. E foi no “Papo de Rocha” que esse grupo foi formado, local de discussão dos temas transversais, com uma espontânea participação dos estudantes, até mesmo em assuntos como sexualidade e *bullying*, os quais poderiam deixá-los constrangidos ou desconfiados ao falar sobre suas experiências com os policiais, o que foi significativo para o projeto, pois sabemos que temos mais facilidade para nos lembrar de alguma coisa e gostar dela quando passamos algumas horas falando sobre o assunto com nossos melhores amigos. Ao final das conversas, percebemos que não só foram discutidos os temas, mas também que foi semeado o companheirismo e a amizade entre aquele grupo de jovens e os policiais.

Nos questionários iniciais e finais foram feitas as perguntas que serviam para avaliar objetivamente se o projeto havia atingido ou não o seu objetivo maior. Mas, durante a pesquisa de campo, percebemos que avaliar essa aproximação apenas por essas perguntas seria desprezar a espontaneidade que os jovens mostraram ao conversar com os policiais nas rodas de conversas do “papo de rocha”. Todavia, mesmo assim, vale a comparação da pergunta fulcral feita antes

¹⁹A palavra “agressividade” vem do latim *gredde*, que significa “ir na direção do outro”. A raiz da agressividade é a mesma de congregação, agregar, congregação.

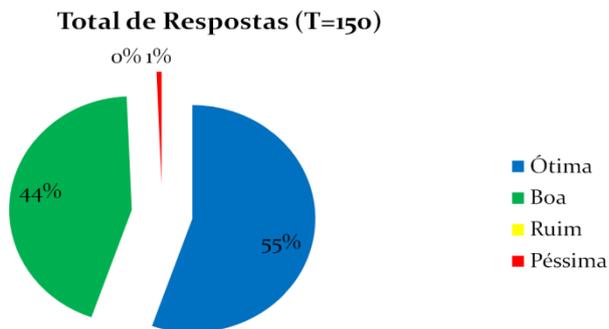
do início do projeto (Gráfico 1) e repetida após o final das oficinas do Ronda Cultural (Gráfico 2): Qual a imagem que você tem da Polícia?

GRÁFICO 1



FONTE: Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

GRÁFICO 2



FONTE: Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Percebe-se, nessas respostas, uma considerável evolução quanto à avaliação da imagem da polícia. Na primeira pergunta, 31% dos entrevistados disseram que tinham uma imagem ruim ou péssima da polícia, mas, ao final das oficinas, apenas 1% tinha uma péssima imagem dessa instituição. Diante disso, podemos concluir que o projeto Ronda Cultural atingiu seu objetivo não só de aproximação com os jovens, mas apresentando aos setores da segurança pública uma nova forma de atuar da Polícia Militar, por meio de um olhar diferente do mundo juvenil.

Portanto, esses jovens²⁰ tornaram-se conectores²¹ de uma cultura de paz nas escolas em que o projeto foi desenvolvido, e isso ficou claro nas letras das músicas²² por eles produzidas nas aulas de *Rap*, nos quais é retratada a realidade em que vivem e as mudanças que vislumbravam para a melhoria daquele ambiente, com a finalidade de torná-lo um “local saudável” para a convivência cidadã.

Infelizmente, o projeto Ronda Cultural não teve continuidade pela nova gestão da secretaria de segurança pública do Estado, que se iniciou em janeiro de 2011, tendo investido mais em ações repressivas em detrimento às preventivas e de antecipação à violência²³, como é o caso do projeto Ronda Cultural.

Portanto, percebemos, ao final das nossas pesquisas e análises, que o projeto Ronda Cultural alcançou todos os seus objetivos e que mais do que um movimento, o *hip hop* utilizado pelos policiais do Ronda Cultural mostrou

²⁰ No total, foram 858 alunos inscritos para participarem das 10 oficinas de DJ, MC, *Break* e Grafite, nos turnos da manhã e tarde. O maior público foi do gênero masculino, com 445 inscritos. O público do gênero feminino totalizou 413 inscrições.

²¹Conectores se referem às pessoas ou situações vinculadas com uma cultura da paz que as integram, apesar de terem visões diferentes.

²² Ao final do projeto, foi lançado um CD com as músicas produzidas pelos jovens e os policiais, que segue anexa a este trabalho.

²³Antecipação à violência demanda identificar as distintas formas/expressões do conflito, inclusive aquele tipificado como delito para desenvolver uma estratégia sustentável de redução da violência e medo dos cidadãos.

atitude,²⁴ indo além do respeito da cultura juvenil, servindo para transformar a realidade de distanciamento e violência entre polícia e juventude. Yo²⁵!

Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 94p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

COVEY, Stephen R. **Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes**. 5.ed. São Paulo: Nova cultura, 2000. 440p.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullyng**: como prevenir a violência nas escolas e educar para paz.2.ed. São Paulo: Vírus, 2005. 224p.

MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das Polícias no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p.271-296, 2004.

MIR, Luís. **Guerra Civil**: estado e trauma. São Paulo: Geração editorial, 2004.955p.

MOCKUS, Antanas. **La experiência de Bogotá en la lucha contra la criminalidade**. Palestra proferida na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a convite do Centro Industrial do Ceará. 22 maio 2007.

OUTEIRAL, José. et al. **Breve ensaio sobre a maldade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.107p.

PLATT, Damiam. **Cultura é a nossa arma**: afroreggae nas favelas do Rio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 236p.

²⁴Palavra indispensável no vocabulário *hip hop*. Eles geralmente dizem: “Para fazer parte do grupo não só é preciso ter consciência, mas também atitude”. Termo que sintetiza a linha de conduta que o grupo espera de cada um.

²⁵Grito de exaltação. Geralmente utilizado para animar o público em shows e festas.

RAMOS, Silvia. **Elementos suspeitos:** Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 322p.

ROCHA, Janaina, et al. **Hip Hop:** a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.155p.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediação de Conflitos.** Edit.Conceito, 2007.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e Prática da Mediação de Conflitos.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO E DEFESA SOCIAL. **Fica Vivo:** Juventude e Lei. Minas Gerais, 2008.

TONI, C.et al. **Hip hop a lápis:** o livro. 2.ed. São Paulo: CEMJ, 2005. 220p.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: FLASCO, 2012. 84p.

WARAT, Luiz Alberto (Org.). Ecologia, Psicanálise e Mediação. **Em nome do acordo.** 2. ed. Argentina: Almed, 1999.